



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH

4155

Presidente da Mesa Diretora: João Hamilton Silveira

Espécie: Projeto de Lei

Categoria: Pendentes, rejeitados, sobrestados, prejudicados, retirados de pauta, não votados

Autoria: Eurípedes Xavier Souto

Data: 09/06/1994

Descrição Sumária: PROJETO DE LEI S/Nº/1994. (REJEITADO). Estabelece sanções às empresas localizadas no município de Montes Claros, que discriminarem a mulher no mercado de trabalho.

Controle Interno – Caixa: 27.2

Posição: 17

Número de folhas: 08

Espécie: PL
Categoria: Pendentes
Cx: 27.2
Ordem: 17
nº fls: 04



Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº _____

Autor: Vereador Eurípedes Xavier

Assunto:

Estabelecendo sanções às empresas localizadas neste
Município, que discriminarem a mulher no Mercado
de Trabalho.

MOVIMENTO

- 1 Recebido em 09.06.1994
- 2 Aprovado em 1ª discussão em 16.06.94
- 3 Rejeitado em 2ª discussão em 21.06.94
- 4 Arquivou-se
- 5
- 6
- 7
- 8
- 9
- 10

Caixa



Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº _____

ESTABELECE SANÇÕES ÀS EMPRESAS LOCALIZADAS NO MUNICÍPIO QUE DISCRIMINAREM A MULHER NO MERCADO DE TRABALHO.

A Câmara Municipal de Montes Claros (MG), tendo em vista o que dispõe o Inciso III, do Artigo 178, da Lei Orgânica deste Município, aprova e eu sanciono a seguinte Lei :

Artigo 1º - As empresas de qualquer natureza instaladas neste Município que, na condição de empregadoras, descumprirem as normas de proteção ao trabalho feminino contidas na Constituição Federal, na Consolidação das Leis do Trabalho, no Código de Processo Penal e demais leis existentes que estabeleçam regras de proteção ao trabalho da mulher, ou que pratiquem atos vexatórios ou discriminatórios contra a mulher no mercado de trabalho, ficam sujeitas as seguintes penalidades :

I - Inabilitação para a obtenção de parcelamento de eventuais débitos tributários de qualquer natureza contraídos com o Município;

II - inabilitação para a obtenção de qualquer tipo de isenção ou redução fiscal, ou perdão tributário de qualquer natureza que eventualmente venha a ser estabelecido pelo Município;

III - inabilitação para a obtenção de qualquer tipo de benefício oriundo do Poder Público Municipal, tais como doação de terrenos e benefícios similares.

Artigo 2º - O descumprimento das normas de proteção ao trabalho feminino de que trata o Artigo anterior deverá ser comprovado pela Delegacia de Proteção aos Crimes contra a Mulher, pela Subdelegacia Regional do Trabalho ou pelo Poder Judiciário.

Artigo 3º - As sanções de que trata o Artigo 1º serão aplicadas simultaneamente, e vigorarão pelo prazo de (5) (cinco) anos, a contar da data de sua aplicação.



Câmara Municipal de Montes Claros

Artigo 4º - Para os efeitos desta Lei as empresas, na condição de personalidades jurídicas, serão responsáveis pelos atos dos seus propositos.

Artigo 5º - A fiscalização do cumprimento da presente Lei será feita pelo Poder Público Municipal através do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher e do Conselho Gestor de Saúde do Trabalhador - CONGEST.

Artigo 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das sessões, 09 de junho de 1994.


Vereador Lipa Xavier

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
 A COMISSÃO DE Legislação
Justiça
 EM 1 DE 1 DE 1994
[Assinatura]
 PRESIDENTE

E LEGAL E CONSTITUCIONAL

[Assinatura]
[Assinatura]

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
 APROVADO EM 2ª DISCUSSÃO POR
 EM 6 DE junho DE 1994
[Assinatura]
 PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
 REJEITADO EM 2ª DISCURSSAO POR
 EM 2 DE junho DE 1994
[Assinatura]
 PRESIDENTE



Câmara Municipal de Montes Claros


EMENDAS MODIFICATIVAS AO PROJETO DE LEI QUE DISPÕE SOBRE
SANÇÕES ÀS EMPRESAS QUE DISCRIMINAREM A MULHER NO MERCADO
DE TRABALHO.

EMENDA UM - que se dê ao Artigo 2º o seguinte teor :

" Artigo 2º - O descumprimento das normas de proteção ao trabalho feminino de que trata o artigo anterior de -
verá ser comprovado pela Delegacia de Proteção aos Crimes Contra a Mulher , pela Subdelegacia Regional do Trabalho e pelo Poder Judiciário . "

EMENDA DOIS - que se reduza de cinco (05) para tres (03) anos o prazo previsto no Artigo 3º .

Sala das sessões, 16 de junho de 1994.


Vereador Benedito Said

PREJUDICADAS

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

APROVADO EM _____ DISCUSSÃO POR _____

EM _____ DE _____ DE 19____

PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

A COMISSÃO DE Legislação

EM 6 DE Junho DE 1994

PRESIDENTE

É legal e Const. Constitucional.
Regenera. (Tomar no dacionar)
Valdequino



66

Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº ____/94.

Estabelece sanções às empresas localizadas no Município que discriminarem a mulher no mercado de trabalho.

Com base no que dispõe o Inciso III do Artigo 178º da Lei Orgânica do Município de Montes Claros, a Câmara Municipal aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º) As empresas de qualquer natureza instaladas neste Município que, na condição de empregadoras, descumprirem as normas de proteção ao trabalho feminino contidas na Constituição Federal, na Consolidação das Leis do Trabalho, no Código de Processo Penal e demais leis existentes que estabeleçam regras de proteção ao trabalho da mulher, ou que pratiquem atos vexatórios ou discriminatórios contra a mulher no mercado de trabalho, ficam sujeitas às seguintes penalidades:

- I - Inabilitação para a obtenção de parcelamento de eventuais débitos tributários de qualquer natureza contraídos com o Município;
- II - Inabilitação para a obtenção de qualquer tipo de isenção ou redução fiscal, ou perdão tributário de qualquer natureza que eventualmente venha a ser estabelecido pelo Município;
- III - Inabilitação para a participação em concorrências públicas promovidas pelo Município através de seus órgãos da administração direta ou indireta, autárquica ou fundacional;
- IV - Inabilitação para a obtenção de qualquer tipo de benefício oriundo do Poder Público Municipal, tais como doação de terrenos e benefícios similares.

Artigo 2º) O descumprimento das normas de proteção ao trabalho feminino de que trata o Artigo anterior deverá ser comprovado pela Delegacia de Proteção aos Crimes contra a Mulher, pela Subdelegacia Regional do Trabalho ou pelo Poder Judiciário.

Artigo 3º) As sanções de que trata o Artigo 1º serão aplicadas simultaneamente, e vigorarão pelo prazo de 5 (cinco) anos, a contar da data da sua aplicação.

Artigo 4º) Para os efeitos desta Lei as empresas, na condição de personalidades jurídicas, serão responsáveis pelos atos dos seus prepostos.

PL Nº ____

Assunto:




Câmara Municipal de Montes Claros

Artigo 5º) A fiscalização do cumprimento da presente Lei será feita pelo Poder Público Municipal através do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher e do Conselho Gestor de Saúde do Trabalhador - CONGEST.

Artigo 6º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 7º) Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Montes Claros
08 de março de 1994.


Vereador Lipa Xavier
Líder do PC do B





Vital Fance

